

O conceito de família e a percepção da juventude da Assembleia de Deus

Bruma Lassé Araújo¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a formação do conceito de família e sua transformação ao longo dos séculos e, a partir daí, discutir a percepção da juventude da Assembleia de Deus (AD) sobre esse conceito. A pesquisa que deu origem a este trabalho objetivou compreender quais fatores (*ethos* religioso, lideranças, nível educacional, influência familiar, de grupos políticos e outros) influenciam o posicionamento das/dos jovens assembleianas/os em relação à categoria de acusação “ideologia de gênero”, o que toca diretamente nos conceitos de gênero, sexualidade e família. Para tanto, foram realizados dois grupos focais, nos anos de 2018 e 2019, com jovens de uma igreja AD localizada no município de Seropédica (município com a maior taxa de evangélicas/os da Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

Palavras-chave: Juventude; Pentecostalismo; Família; Assembleia de Deus.

The concept of family and the perception of the youth of the Assembleia de Deus

Abstract: The objective of the article is to discuss the formation of the concept of family and its transformation over the centuries and, from there, to discuss the perception of the youth of the Assembly of God about this concept. The research that gave rise to this work aimed to understand which factors (religious ethos, leaderships, educational level, family influence, political groups and others) influence the positioning of the youth of the Assembly of God in relation to the category of accusation “gender ideology”, which directly touches on the concepts of gender, sexuality and family. To this end, two focus groups were carried out, in the years 2018 and 2019, with young people from an AD church located in the municipality of Seropédica (municipality with the highest rate of evangelicals).

Keywords: Youth; Pentecostalism; Family; Assembly of God.

¹ Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Introdução

A religião é uma dimensão que tem assumido certa centralidade nos estudos sobre juventude, principalmente porque se acreditava que o mundo havia passado por um processo de desencantamento e a juventude - entendida enquanto segmento contestador contemporâneo desse processo - não se engajaria no campo religioso (CAMURÇA; TAVARES; PEREZ, 2015). Exatamente o oposto tem sido observado e estudos têm demonstrado a importância das análises que correlacionam juventude e religião (FERNANDES; 2004; 2005; 2007; 2010; 2011; 2013; NOVAES, 2012; CAMURÇA; TAVARES; PEREZ, 2015). Precisamente por isso, este trabalho tratou de compreender a articulação entre essas duas temáticas, adentrando em um universo específico e pouco estudado, que é o da juventude assembleiana, isto é, de jovens que pertencem à denominação pentecostal Assembleia de Deus (AD)².

Na pesquisa aqui apresentada, objetiva-se explorar como as/os jovens da AD – Ministério Madureira, em Seropédica (município com a maior taxa de evangélicas/os da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), vivenciam os discursos construídos sobre a chamada “ideologia de gênero” (o que toca diretamente nos conceitos de sexualidade, gênero e família) e quais fatores influenciam seu posicionamento a respeito desta categoria de acusação direcionada contra o campo que se dedica aos estudos sobre sexualidade e gênero. Neste artigo, somente será discutido o conceito de família, sua transformação ao longo dos séculos e qual a percepção da juventude da AD sobre esse conceito.

No final de 2017, teve início a pesquisa de campo e a coleta de informações. Durante um ano (de dezembro de 2017 a dezembro de 2018), foram realizadas 23 visitas de campo, na maioria das vezes aos domingos, durante os cultos de Santa Ceia e a Escola Bíblica Dominical (EBD) da mocidade (grupo jovem). Após esse período, foram realizados dois grupos focais (um ao final de 2018 e outro no início de 2019). Essa técnica foi escolhida por se tratar de “[...] uma forma de entrevista com grupos, baseada na comunicação e na interação” (BONFIM, 2009). À vista disso, Maria Elásir Gomes e Eduardo Barbosa (1999) esclarecem que os grupos focais têm justamente a função de fornecer informações mais aprofundadas e de caráter qualitativo sobre um determinado grupo social. Assim, esse tipo de técnica “[...] permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar” (GATTI, 2005, p. 9). Os dados aqui apresentados são resultado dos dois grupos focais realizados³.

² Esta denominação concentra o maior número de adeptas/os no campo evangélico e um dos maiores contingentes de fiéis do sexo feminino.

³ Participaram dos grupos focais jovens que compõem a chamada mocidade (grupo de jovens da AD que é formado por pessoas entre 15 e 30 e poucos anos). A faixa etária não é critério fundamental para a formação deste grupo. Participam da mocidade jovens solteiras/os, ou seja, que ainda não constituíram suas famílias. Aqui é preciso acrescentar que a maior parte das/os jovens que participaram dos grupos focais possuíam formação superior ou estavam cursando.

O conceito de família ao longo da história e a percepção das/os jovens da AD sobre esse conceito

O sentimento de família não existia, segundo Philippe Ariès (1978), até o século XV. Foi somente a partir desse século, e principalmente durante o século XVI, que ocorreu o nascimento da família e o desenvolvimento do sentimento que hoje conhecemos em relação a esta instituição. “Daí em diante, a família não é apenas vivida discretamente, mas é reconhecida como um valor e exaltada por todas as forças da emoção.” (ARIÈS, 1978, p. 223). Essa mudança de sentimento se concentrou em torno da família formada por um pai, uma mãe e sua prole. Segundo Ariès, nada nesse período lembra a antiga linhagem, a família ampliada ou patriarcal. Passava a imperar um novo sentimento em relação a essa instituição, sentimento ligado ao da infância. Ocorre um afastamento cada vez maior “[...] das preocupações com a honra da linhagem ou com a integridade do patrimônio, ou com a antiguidade ou permanência do nome: brota apenas da reunião incomparável dos pais e dos filhos.” (ARIÈS, 1978, p. 223). À época, portanto, a família não era constituída com base em um sentimento profundo entre as gerações, entre pais e filhos. Para os setores sociais mais ricos, a família “[...] se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome.” (ARIÈS, 1978, p. 231). No caso dos setores pobres, a família correspondia à “[...] instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a ‘casa’ dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa [...]” (ARIÈS, 1978, p. 231).

Na concepção de Ariès (1978), houve uma profunda transformação na família a partir do momento em que as relações com as crianças foram modificadas. Antes desse período, toda a educação se baseava na aprendizagem de geração para geração. As crianças eram enviadas, desde muito cedo, para outras famílias para que aprendessem um ofício, maneiras e outros. A transmissão de conhecimento, portanto, se dava de uma geração para outra por meio da participação das crianças na vida e nas atividades cotidianas dos adultos. “E a escola era na realidade uma exceção, e o fato de mais tarde ela ter-se estendido a toda a sociedade não justifica descrever através dela a educação medieval: seria considerar a exceção como a regra”. (ARIÈS, 1978, p. 229).

Os sentimentos em relação à família começam a se transformar também quando ampliou-se a frequência à escola. Na Idade Média, a educação infantil se processava na vivência cotidiana misturada ao mundo adulto. Posteriormente, a educação passou a ser responsabilidade da escola, que deixou de ser acessada somente pelos clérigos. Essa mudança buscou afastar a criança e a juventude do mundo adulto no intuito de manter a inocência primitiva, de ensinar a resistir às tentações do mundo adulto e como sinal da preocupação crescente dos pais com os filhos e do desejo de maior proximidade, intimidade com eles. Assim, a família passou a concentrar sua energia na criança, em torno dela. Nesse sentido, “O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.” (ARIÈS, 1978, p. 234), portanto aqui se faz necessário dizer que a escola não era,

no início, acessível para toda a população infantil. Precisamos considerar que o acesso das meninas ao ensino escolar se efetivou mais tardiamente, entre os séculos XVIII e XIX. Além disso, a educação, como salienta Ariès, primeiro ocorreu entre a camada média, permanecendo a alta nobreza e os artesãos fiéis ao modelo antigo de aprendizagem por meio da transmissão entre gerações. Entretanto, Ariès (1978, p. 234) esclarece que o modelo de aprendizagem antigo entre estes setores não impediu seu declínio com o passar do tempo: “[...] a escola venceu, através da ampliação dos efetivos, do aumento do número de unidades escolares e de sua autoridade moral.”

O autor nos diz que o desenvolvimento do sentimento de família foi acompanhado pela maior intimidade do lar, pelo progresso da privatização da vida, que ocorreu com o fim do envio das crianças para outras casas (uma forma de educação por intermédio da aprendizagem de geração para geração) e com a menor abertura da casa para a comunidade, pois nesse período as casas desempenhavam uma função pública:

No século XVIII, a família começou a manter a sociedade à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo. Era já a casa moderna, que assegurava a independência dos cômodos fazendo-os abrir para um corredor de acesso[...] Essa especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza, foi certamente uma das maiores mudanças da vida quotidiana. Correspondeu a uma necessidade nova de isolamento. (ARIÈS, 1978, p. 265).

A partir da reforma dos costumes e da reorganização das casas, as famílias reduziram-se, passando a ser formadas somente por uma mãe, um pai e as crianças. À vista disso, abriu-se maior espaço para uma vivência mais íntima. Neste período, houve também o aumento da preocupação dos pais com a educação, a saúde, a carreira, o futuro e a igualdade entre as crianças (até o século XVII, os filhos primogênitos eram beneficiados com o intuito de salguardar o patrimônio da linhagem). Dessa forma, “Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna.” (ARIÈS, 1978, p. 270). Mas, essa família limitava-se aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Até o século XIX a maior parte da população (grande parte composta por pobres) ainda possuía uma família correspondente ao modelo medieval, modelo em que as crianças eram enviadas para outras casas. A maior intimidade, o sentimento de casa, de lar não existia para grande parcela da população. Apesar disso, esse sentimento se estendeu cada vez mais às demais camadas sociais, com isso “A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa.” (ARIÈS, 1978, p. 271). Ainda na visão de Ariès, esse sentimento se impôs tiranicamente às consciências. Para o autor, não houve, nesse período, o triunfo do individualismo, mas o triunfo da família, de seu novo valor.

Pierre Bourdieu (1996) é outro autor que se debruça sobre o conceito de família. Para ele, a definição dominante desse conceito compreende um conjunto de indivíduos que possuem uma relação de parentesco construída a partir de alianças, casamento, filiação, adoção e coabitação. Essa definição é considerada “natural” por ser entendida como a mesma desde sempre. Entretanto, afirma o autor, esse conceito como conhecemos é uma invenção recente e está condenado ao desaparecimento. Para ele, “[...] a família é um princípio de construção da realidade social [...] [que] é ele próprio socialmente construído e que é comum a todos os agentes socializados de uma certa maneira” (BOURDIEU, 1996, p. 127). Esse princípio foi introjetado desde a mais tenra idade em todas as mentes, constituindo o que o autor denomina de *habitus* (estrutura mental ao mesmo tempo produto coletivo e individual). Assim, a família é um princípio inerente aos indivíduos, mas que ao mesmo tempo os transcende. Essa característica faz com que ela seja um princípio objetivo (inscrito nas estruturas sociais) ao mesmo tempo em que subjetivo (inscrito na mentalidade dos indivíduos). Dessa maneira, para Bourdieu (2008), a família é fruto de um trabalho institucional, ritual (casamento, nome de família, batizado e outros) e técnico que busca inculcar em cada um de seus membros sentimentos que assegurarão a integração, elemento que garantirá sua unidade.

Nessa direção, para que a família possa ser uma realidade se faz necessária a existência de condições sociais específicas e não universais. Logo, a família, segundo Bourdieu (2008), é um privilégio de poucas/os, que implica ser como se deve e estar dentro da norma. Somente quem tem o privilégio de ter uma família dentro da norma pode exigir que os demais também a tenham. São esses privilégios que garantem a acumulação e transmissão dos capitais econômico, cultural e simbólico. Aqui o Estado entra como responsável pela construção das categorias familiares por meio de codificações que levam em consideração esses capitais e que privilegiam certa forma de organização familiar. Desse modo, o Estado reforça um modelo de família e utiliza os mais diversos meios para garantir a adesão dos mais diversos setores sociais. Consequentemente, uma categoria nativa transforma-se em categoria de saber especializado, o que reforça estereótipos e a manutenção de uma mesma realidade social. Nesse cenário, pode-se destacar que “Assim, a família é certamente uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais comum do termo, mas uma ‘ilusão bem fundamentada’, já que, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, ela sempre recebe do Estado meios de existir e subsistir.” (BOURDIEU, 1996, p. 135).

Claudia Fonseca (1995) é outra autora que busca debater o conceito de família e suas transformações ao longo do tempo. De acordo com a autora, cada vez mais, com a passagem para o século XXI, vemos discussões em torno da família ou de sua suposta fragmentação, destruição. Mas, será mesmo que a família está chegando ao fim? Será mesmo que somos testemunhas de sua destruição? Segundo Fonseca (1995), a ideia de fragmentação, que acompanha os tempos modernos, ajuda a fazer ressurgir o mito da “família unidade”. Como a autora afirma, nos estudos sobre comportamentos familiares tende a surgir a defesa de uma família formada por um casal e seus/suas filhos/as. Esta correria o risco de chegar ao fim por causa do chamado processo de “desagregação”, fruto dos tempos modernos e da sociedade capitalista. Assim, o

que está por trás dessa defesa e suposta desagregação é a crença na existência de uma família ideal e que corresponde, como demonstra a autora, ao modelo das camadas médias.

Na concepção de Fonseca (1995), outro mito que assume grande relevância nos debates sobre a família é o de que atualmente vivemos em um tempo em que imperam relações familiares mais equilibradas. Considera-se, nesse caso, que no passado as relações familiares eram embrutecidas. Novamente, aqui prevalece o modelo de família construído pelas camadas médias, onde se coloca o peso da relação no laço conjugal estável. Seus defensores argumentam que se trata de um avanço moral na constituição da família característico da época moderna. Assim, “Usando a ideia de uma ‘norma hegemônica’ como escudo, supõe-se que, já que os integrantes da classe média não podem imaginar outro modelo além da família conjugal, os grupos populares tampouco conseguem.” (FONSECA, 1995, p. 74) e é esse mito que também circula na grande mídia, que atua na promoção deste modelo “ideal” e na desvalorização dos demais modelos. Portanto, conclui Fonseca (1995), é preciso olhar criticamente para o que se entende como “novidade” no campo dos estudos sobre a(s) família(s). Para ela, não podemos abandonar os mitos do passado construindo novos e colocando-os no topo.

Assim como Fonseca (1995), Clarice Peixoto (2008) é outra autora que analisa o conceito de família. Segundo ela, a família tem apresentado profundas transformações, principalmente a partir da década de 1960, período em que o modelo de família tradicional (casal constituído legalmente e filhas/os, sendo o homem o provedor e a mulher a responsável pelo cuidado e educação das crianças) começa a decrescer e isso como consequência da entrada das mulheres do mercado de trabalho, do controle da fecundidade, do aumento do número de divórcios, de novos tipos de união e da recomposição das famílias. Essas mudanças acabam por provocar o adiamento do nascimento do primeiro filho. “Nesse sentido, o pluralismo familiar é o resultado de uma transformação profunda das relações de gênero e da emergência de um novo equilíbrio entre autonomia individual e pertencimento familiar.” (PEIXOTO, 2008, p. 12). Desse modo, estamos a ver as mudanças desse conceito, principalmente nas últimas décadas. Entretanto, essas transformações, principalmente depois da entrada das mulheres no mercado de trabalho, não foram acompanhadas de uma reconfiguração dos papéis de homens e mulheres no interior das famílias e nas políticas públicas. Maria Elena Valenzuela e Laís Abramo (2016) revelam que ainda há a permanência da tradicional visão de que são as mulheres as responsáveis principais ou exclusivas pelas atividades que envolvem o cuidado.

Até aqui foram abordadas as transformações sobre concepção de família segundo a literatura especializada (que percebe esse conceito como fruto de construção social, o que significa que não se manteve fixo ao longo do tempo). Resta saber o que a juventude da AD compreende por família. Será que seu discurso reforça o que é afirmado pelas lideranças cristãs conservadoras⁴ ou será que ela rompe, de certa forma, com o discurso cristão conservador? Como apontado anteriormente, o conceito de família torna-se um elemento fundamental

⁴ Utilizo o termo conservadorismo aqui no mesmo sentido empregado por Marcelo Natividade (2009). Para o autor, o conceito diz respeito ao “posicionamento assumido por certos discursos religiosos, na tensão com o cenário cultural contemporâneo em que os direitos sexuais vêm sendo progressivamente reconhecidos como direitos humanos.” (NATIVIDADE, 2009, p. 206).

de disputa de significado e de poder, tanto para ativistas defensoras/es dos direitos das ditas minorias quanto para as lideranças cristãs conservadoras. Segundo estas últimas, principalmente em relação às mobilizações em torno da categoria de acusação “ideologia de gênero”, a família seria uma estrutura social “natural”, criada por Deus, em que homens e mulheres exerceriam funções já predeterminadas e estereotipadas de acordo com construções sociais sobre os papéis de gênero. Vejamos, portanto, qual o entendimento da juventude assembleiana sobre, em primeiro lugar, o papel de homens e mulheres dentro da família. O objetivo é compreender se em alguma medida as/os jovens da AD rompem com as lideranças religiosas em relação ao entendimento sobre os papéis de gênero ou se ela o reproduz:

O papel do homem deveria ser de supridor (cabeça) e a mulher ajudadora. Essa é a base e o essencial é o diálogo. Se ela está em perigo, ele se joga lá na frente (risos). É isso que Jesus faria pela igreja. (Amanda).

Casamento é o início de uma família. Casamento, pra mim, é o homem amando a mulher, se entregando por ela. A mulher seguindo o mesmo, amando os filhos e depois esses amando os pais. Esse seria um casamento ideal. O que é amar a esposa? É cuidar dela. O homem vai cuidar daquilo que ele ama. Acho que talvez a negligência do homem hoje, eu não estou falando de todos, faz com que a mulher assuma um papel que não é dela. Entende? Isso cansa a mulher. Porque a mulher meio que é um complemento, veio como ajudadora, veio complementar o homem. [...] Eu acho que um homem que se fere porque a mulher ganha mais do que ele... Alguma coisa tá errada, né? Isso não faz sentido. Eu acho que não é papel do homem dominar a mulher. Deus deixou claro pra gente pra dominar os bichos e não as pessoas. Dominação, autoritarismo, intransigência não fazem parte do casamento. (Elena).

Essa submissão vem de você ser bem tratada, do marido fazer todas as suas vontades e, no final, você ser submissa, fazer o que ele quer no bom sentido e você ainda vai fazer aquilo com amor, você vai ser submissa como um sinal de gratidão a ele por todas as coisas que ele fez por você, ele supriu o que você queria, uma necessidade, uma unha, um cabelo, um negócio superficial e, no final, você vai querer agradecer o seu marido de uma forma submissa. É isso! Mas tem gente que torna isso uma escravidão da sua esposa ou a sua esposa de você. E o homem que tem uma cultura machista quer isso (‘Você tem que ser submissa a mim!’). E não é assim. (Fabiana).

Eu acho que a galera confunde submissão com subjugar. Subjugar é você obrigar, é você forçar. Submissão é você estar a serviço de uma missão. O quê que eu penso de casamento? Eu vou sempre voltar ao plano original. Adão e Eva eram uma pessoa só. Deus criou o homem e ele rasga Adão, ele tira Eva de dentro de Adão. Eles eram um só. Adão fala: ‘Ossos dos meus ossos e carne da minha carne!’. Isso porque eles eram um só. O quê que acontece depois do pecado? Adão acusa Eva. Na Bíblia, ela não tinha nome. Adão que criou um nome pra ela, porque os dois se chamavam Adão, eles eram um só e viviam como um só. Então, o quê que dá confusão no casamento? É o casal achar que eles têm uma vida individual, mas eles

são um só. Casamento é ser um só! Só que acontece o que os casais competem, os casais querem ser um melhor do que o outro. [...] Eu acredito muito que o cara que é machista, nunca entendeu o papel dele de homem. A mulher que assume a posição de competir com o cara que é machista não entendeu o que é ser mulher. Cada um tem características excelentes. Se cada um colocar as características excelentes no casamento, não tem como dar errado. (Tatiane).

Não acho errado uma mulher trabalhar. Eu acho que é até uma evolução muito grande, uma conquista das mulheres e eu acho isso muito bonito. Eu acho que o homem tem de sentir orgulho de ter uma mulher que chega no mesmo nível que ele. Olha o quão bonito que ela conquistou aquilo. [...] Eu penso que dentro de um casamento vou querer para minha esposa aquilo que eu não tenho, aquilo que eu não posso, o melhor. É de fato ter uma relação diária de amor. [...] Sempre é importante ter diálogo dentro de um casamento, porque apesar de ser um só, se falta a palavra, eu posso não compreender o que a outra pessoa quer expressar. A gente não trabalha com telepatia. (Flávio)

Muitas pessoas, mulheres que se dizem feministas ou que são têm o pensamento: 'Ah, se eu fizer o que ele quer, eu vou ser um capacho!'. Eu não enxergo dessa forma. Pra mim, a submissão é você tá respeitando a autoridade do seu lar, que é o seu marido, e ele também vai te respeitar a medida que ele entende que a palavra de Deus manda fazer. E até mesmo no caso da mulher estar trabalhando e se ela vier a ganhar mais que o marido... Por mais que ela ganhe mais que o marido, eles dois precisam sentar e conversar sobre o que vão fazer. (Karina).

A Bíblia coloca o homem como provedor e a mulher como submissa ao seu esposo, mas ela complementa, ela é adjuntora do seu esposo. Ou seja, se não dá, você pode sair e trabalhar, mas ele vai continuar sendo o cabeça, as ordens saem dele, mas em conjunto, vocês vão conversar, entrar num consenso. Não é porque ele é o cabeça que ele resolve tudo sozinho. Precisa os dois sentarem junto, se a mulher concordar, bem, se a mulher não concordar, não pode ser feito. É isso que a instituição de marido e mulher perante a Bíblia. (Brenda).

A Bíblia fala que verdadeiramente o homem é a cabeça, mas, quando se casam, se tornam um só. Então, os dois são uma cabeça. O homem é mais forte, a mulher é sensível. Tem um nível, mas não é nada exorbitante. Eu vejo a mulher mais sábia que o homem, mas tem homem que quase se iguala à sabedoria de mulher. Eu acho que é complemento. Eu acho que essa conexão mostra mais uma vez pra gente a sabedoria de Deus. Ninguém nasceu pra ser sozinho. Isso é o casamento. (Breno).

Como pode ser observado nos trechos transcritos, a juventude, em relação aos papéis de homens e mulheres na família, não desvia muito do quadro geral das lideranças cristãs conservadoras, que vão sempre no sentido de concordar com a passagem bíblica que toca na questão da submissão feminina⁵. Segundo as/os entrevistadas/os, a mulher deve ser submissa

⁵ "As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em

ao homem porque ele é “o cabeça” do lar. Em contrapartida, o homem deve amar a mulher de modo sacrificial, chegando, se necessário, ao extremo de ter de abrir mão de sua própria vida em favor de sua companheira. Maria Regina Lisbôa (2010) destaca que quando se analisa a questão do casamento, a mulher está em um lugar associado à submissão/obediência ao marido. Diferentemente da mulher, o homem assume posições mais simétricas na relação conjugal. Essas posições tornam possível constatar que o pentecostalismo, apesar de não romper com a lógica da hierarquização em favor do masculino, incentiva a adoção, por parte dos homens, de formas de conduta associadas ao feminino. Por conta disso, espera-se que os homens, no seio do lar pentecostal, se dediquem mais à família e à educação das/os filhas/os, como pode ser observado nos trechos transcritos. Desse modo, como afirma Maria das Dores Campos Machado (2005, p. 389):

Tais expectativas revelam uma reconfiguração da subjetividade masculina, criando a possibilidade de arranjos familiares mais igualitários. Esses processos têm sido interpretados como tendências à ‘domesticação dos homens pentecostais’ ou à ‘androgenização’ das famílias populares.

Durante os grupos focais, as/os entrevistadas/entrevistados também afirmaram que o homem deve ser o provedor e que a mulher deve ser a ajudadora, que exerce funções que se referem ao cuidado do lar e da família. Portanto, “As mulheres são identificadas com a casa; os homens, com a rua.” (THEIJE, 2002, p. 49). Nessa linha de interpretação, o pentecostalismo clássico reforçaria as ideias culturais sobre masculinidade hegemônica, ou seja, reforçaria o papel social de gênero dos homens enquanto figuras associadas ao espaço público, ao poder e ao protagonismo social/eclesial. No entanto, o processo de conversão proporciona transformações no ethos masculino, fazendo com que o fiel adote “[...] formas de conduta e as qualidades tradicionalmente alocadas ao gênero feminino.” (MACHADO, 2005, p. 389) Os homens conseguiriam, desta forma, “[...] um ‘meio caminho’ entre as demandas da sociedade e as da Igreja.” (THEIJE, 2002, p. 53). Logo, como demonstrado, a AD apresenta um perfil “[...] composto por um mix entre noções hierárquicas e igualitárias.” (MAFRA, 1998, p. 247).

Abordou-se, durante os grupos focais, não somente os papéis dos gêneros feminino e masculino no casamento, mas também o que é, no final das contas, a família. Novamente, o objetivo era justamente compreender em que sentido o ponto de vista da juventude assembleiana sobre o conceito de família se aproxima ou se distancia do posicionamento defendido pelas lideranças e parlamentares cristãos conservadores. Seguem trechos em que as/os jovens da AD definiram o que compreendem por família:

Família é constituição do que Deus fez. O resto, pra mim, são agregações (a casal homossexual). Na visão evangélica, a gente respeita as opções, mas a gente acredita

tudo submissas ao seu marido. Maridos, ame cada um a sua mulher, assim como Cristo amou a igreja e entregou-se por ela para santificá-la, tendo-a purificado pelo lavar da água mediante a palavra, e para apresentá-la a si mesmo como igreja gloriosa, sem mancha nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e inculpável. Da mesma forma, os maridos devem amar cada um a sua mulher como a seu próprio corpo. Quem ama sua mulher, ama a si mesmo.” (A BÍBLIA SAGRADA. Efésios 5: 22-28).

no que Deus fala. Eu acredito no modelo de família formado por um casamento heterossexual monogâmico. É isso que eu acredito que é o plano de Deus. [...] O que seria a família? A gente entende que é um pai, uma mãe e filhos, presentes, juntos e unidos. [...] Eu entendo isso como família pra mim, o poder de escolher pelo padrão. Só que existe também a família que é composta por uma avó, uma mãe e um filho e nela há um relacionamento. Eu consigo dizer o que eu acredito, o que é o modelo ideal (casamento heterossexual monogâmico), mas eu também não posso dizer que um casal homossexual com uma criança ou pais divorciados com um filho não sejam família. Eu não tenho esse poder de dizer isso. Eles têm um relacionamento um com o outro? Existe criação, existe autoridade? Existe aquele que obedece? Eu acredito no padrão de família, esse é o meu padrão de família. Agora, se você quer formar a sua família do jeito que você decidir, aí não cabe a mim falar sobre isso. (Valério).

Outros modelos de família não deixam de ser uma família, não é uma família de acordo com o projeto inicial que Deus trouxe pra gente, pra humanidade, mas é uma família. É um padrão de família que você quer pra você. Não tem como falar que a família heterossexual monogâmica é a família perfeita, a família ideal. A família ideal é feita pelos próprios membros da família. (Flávio).

Um casal de gays que adota uma criança é uma família, só não são o projeto original de Deus, porque eu acredito no projeto original de Deus. É a mesma coisa que eu pegar um vans (que é da Olympicus). Ele tem cor de vans, tem a marca da vans. Pra todo mundo que vai olhar, ele é um vans, mas o plano original é ele ser um Olympicus. O casal homossexual que adota uma criança é válido? Vou ser bem sincera, pode ser que esse casal eduque essa criança com valores extraordinários, pode ser que esse casal crie essa criança muito bem, tire ela da fome, de uma situação de pobreza, de miséria e esse casal está fazendo uma coisa que a igreja não faz, que é cuidar dos órfãos. É hipocrisia minha falar: 'Cara, não pode adotar'. Porque a criança vai passar fome e vai morrer. Mas se você falar: 'Tatiane, você concorda?' Eu não concordo porque eu acredito no plano original. O plano original é um homem e uma mulher e eles teriam um bebê. Se existem muitas maneiras de família? Existem muitas maneiras de família. Mas eu acredito no plano original da coisa. [...] Existe um padrão de autoridade dos pais e filhos, que é o que as pessoas buscam e ele é perpétuo. Independente do sexo da pessoa. Existe quem manda, quem obedece, quem cuida, quem ama, quem alimenta, quem sustenta. Mas, pra mim, a essência da família é o relacionamento, é um bom relacionamento. Aí a gente volta no plano original. O plano original de Deus é: a mulher amar o marido e o marido amar a mulher acima de todas as coisas, ser disposto a se entregar por ela como Cristo amou a igreja e morrer pela causa que é o casamento. Todas as famílias dariam certo. Realmente há uma falta de estrutura familiar. Como se o plano original não funcionasse, mas ele funciona. O erro tá no ser humano. (Tatiane).

O padrão que Deus criou é o homem e a mulher para procriar, independente se aquela família pode ter filhos ou não. A gente também tem que levar em consideração que o modelo do Brasil é um modelo de família que envolve uma questão cultural, envolve uma questão afetiva, sentimental, que o Brasil pega de fora.

Eu acredito que o padrão de Deus não é apaixonado, mas um modelo centrado. O modelo apaixonado é o que a gente coloca muito o emocional, o sentimental dentro uma instituição. A gente entende que a família é uma instituição. Então, a gente coloca muito a nossa visão, um modelo que vem de fora. Não é que eu seja uma pessoa sem sentimentos, até porque eu trabalho num abrigo e tem a questão das adoções. Já teve duas adoções por pessoas homoafetivas (duas mulheres e dois homens). Então, eu não me posiciono porque é o meu trabalho. Mas em relação à minha crença, eu discordo, porque tirou-se uma criança que dizem que os pais não amavam, maltratavam, depressivavam... Só que eles são tão vítimas quanto as crianças, são as mesmas vítimas. [...] Então, é muito fácil eu bater o martelo e dizer: 'Não, tem que tirar essa criança e dar para uma outra pessoa!'. Só que o problema original, a raiz do problema não é essa. Isso independe muito de questões financeiras. No âmbito em que eu trabalho, a pobreza não é um motivo para abrigar, acolher uma criança. Tem que ser as vias de fato, de um alta complexidade. Para chegar a tirar uma criança da família e dar pra uma outra os vínculos realmente foram rompidos... Isso eu também discordo, porque não se quer ter um trabalho de resgatar os valores, os princípios e tudo mais. É mais fácil você tirar a criança e dar pra uma outra pessoa e dizer que aquilo é uma família que tem todas as estruturas para dar para uma criança. Então, hoje a gente está vendo esse novo modelo de família e que eu não critico no sentido de apontar e dizer que é errado na face das pessoas, mas também também vimos que surgiu esse novo modelo para confrontar, para justamente rechaçar a família que foi criada como um padrão de Deus. (Lavínia).

A família é uma base, até uma base social também. Se a família vai bem, a sociedade vai bem. Se existem famílias saudáveis, temos uma sociedade saudável. (Lara).

A juventude da AD, em seu discurso, defende um padrão familiar evangélico, que reproduz o tipo de composição em que a família seria uma instituição constituída por deus, composta por um pai, uma mãe e sua prole. Segundo sinalizaram, esse padrão de família é um plano de Deus para a humanidade, um plano perfeito e que ajudaria no processo de constituição de uma sociedade "saudável". Apesar das semelhanças entre os discursos entre lideranças cristãs conservadoras e a juventude da AD, esta última considera a possibilidade de existência de outros arranjos familiares. Esses arranjos não se enquadrariam dentro do modelo que chamam de "original", "ideal", pois não correspondem ao plano divino para os seres humanos. Novamente, portanto, em suas declarações é possível perceber a ênfase dada à individualização, percebida em trechos como: "É um padrão de família [referindo-se às configurações de família que não se enquadram no modelo evangélico] que você quer pra você".

Como demonstrado, o conceito de família, diferentemente do que alegam os setores cristãos conservadores, não é natural, mas construído socialmente. Por isso mesmo, está sujeito aos mais diversos tipos de transformações, como as que têm sido registradas pela literatura. Entretanto, as transformações nos laços familiares e no próprio conceito não são acompanhadas por políticas públicas. Na realidade, estamos observando um período de profundos retrocessos nas políticas de igualdade e de combate às opressões, retrocessos fruto das ações dos segmentos

conservadores (incluindo o segmento cristão) que lutam contra os direitos já conquistados pelos movimentos feministas e LGTBs nos campos da família, da sexualidade e do gênero. Apesar de a mobilização entre esses setores se dar em um sentido de impor uma crença particular ao seu segmento para o conjunto da sociedade, a juventude da AD parece seguir outro caminho, um caminho que vai no sentido de um discurso muito mais individualizante e que, no final das contas, mostra-se mais acolhedor. Todavia, mesmo em seu discurso mais individualizante a homofobia é explicitada e a heterossexualidade é normalizada, entendida como uma orientação inata aos seres humanos. Desse modo, venho a concordar com Tainah Biela Dias (2017, p. 57), quando defende que a defesa da normalização da família gera retrocesso:

Este processo de normalização em torno da família desemboca no retrocesso não apenas no que se refere aos direitos de casais não heterossexuais, mas, na tentativa de combater novos discursos que versam sobre a existência de famílias no plural, e que se configuram como ameaças ao discurso que se pretende hegemônico.

Quando se trata da intervenção do Estado na esfera privada (no casamento e na família), a opinião da juventude da AD se converte para o apoio com objetivo de proteger, garantir direitos e a ordem social. Entretanto, esse poder de intervenção não é ilimitado. Os discursos giraram em torno de uma limitação quando se trata de questões morais e confessionais. A seguir são apresentados fragmentos em que as/os informantes abordaram esses pontos nos grupos focais:

Eu acho que tem a ver com o que a gente define como cultura, porque gente tá falando de cultura. Na casa do fulano houve a correção mediante a vara, mas em outra casa pode existir o entendimento de que o diálogo ou castigo é a solução. Tudo o que compromete a integridade de um indivíduo é crime. A pedofilia é um crime que perpassa até pelas questões mentais... O que passa pelo poder público é quando ultrapassa as questões de violação. Eu acho que o poder público... Quando ele olha: “Nós vamos interferir nos valores e nos princípios!”. Eu acho que aí não deve. A gente também não vai impor as nossas crenças e ideologias... Uma coisa imparcial, eu acho que aí, sim, é válido. (Lavínia).

Quando a gente fala que o Estado vai intervir, nem sempre é a ideia de que tá mandando em cima daquela ordem social, mas que tá organizando a ordem social. Quando começou a mudar o conceito familiar pro Estado, foi uma ideia de abrir a possibilidade de proteger umas famílias que antes não eram vistas como família, como a avó ou até abrangendo uniões que fogem da nossa ideia de religião, dos nossos princípios, que não aconteciam, como a união estável, que não era tão bem vista, mas que estava sendo protegida ali. Pra mim é mais uma ideia de ordem do que realmente mandar na ordem familiar. As pessoas têm seus princípios e vivem da maneira que querem viver, independente do que a lei fale, do que a sociedade mande e isso sempre aconteceu. Já existiam famílias distintas, diferente do que a sociedade achava certo. Você começa a tentar proteger alguma coisa e isso vai tomando uma proporção tão grande que para de ter um equilíbrio, sabe? As crianças

não podiam apanhar, porque realmente existiam crianças que eram espancadas e como ainda acontece. Da criança que era espancada naqueles casos mais graves e isso se expandiu para toda a educação, todos os pais (“Não vamos bater nos seus filhos!”). Realmente interfere. Qualquer coisa que o Estado já faça, mesmo que seja pra proteger, acaba interferindo nas nossas vidas. A gente é proibida de fazer alguma coisa. Talvez haja a perda do equilíbrio nesse ponto. (Lara).

Mas tem um limite. Quando começa a interferir na organização de dentro da família. Você não pode educar o seu filho da forma que você foi educado. A gente vê que a situação agora é outra e a gente vê também que começa a querer mudar o padrão de criação dos nossos filhos. A gente vê países que começaram a querer tirar a educação dos filhos da responsabilidade dos pais. Onde termina o limite do Estado e a autoridade da família sobre a criação dos seus filhos? Isso aí já começa a me preocupar. Por exemplo, o ECA deveria amparar a criança e o adolescente, mas tem cláusulas ali que... Você nunca levou uma palmada quando você era criança? E hoje você não pode mais bater que até a criança vira pra gente e fala que vai te denunciar pro conselho tutelar. (Brenda).

Esses últimos trechos trazem uma visão muito mais próxima da defesa das lideranças cristãs conservadoras no que diz respeito à família e à intervenção do Estado. A defesa feita por Brenda (líder do grupo jovem) se relaciona com sua trajetória de vida. Brenda foge do perfil desta pesquisa. Ela é uma mulher de 36 anos, professora de Biologia da rede municipal, divorciada e mãe solo de um adolescente de 13 anos. Brenda é também professora da EBD da Mocidade, ou seja, é uma liderança da mocidade que está no espaço jovem controlando, de certa forma, o que é dito e como é dito, o que demonstra, de certo modo, que a juventude da AD tem pouco espaço de autonomia fora da supervisão das lideranças dentro das instituições religiosas.

No que tange à intervenção do Estado, no caso dos casamentos e das famílias homoafetivas, somente dois participantes explicitaram uma visão mais inclusiva (considerando a necessidade de proteção de pessoas homossexuais), mas as/os demais não mostraram aversão ao discurso defendido. O posicionamento desses jovens não mostrou-se conversador nesse ponto. As falas das/os informantes são apresentadas a seguir:

Só quando se trata de proteção. Aí, nesse sentido de proteção, eu acho que sim. O estado tem que intervir quando está acontecendo alguma coisa errada. Mas ainda tem que avançar um pouco mais. Acho que em 2013 foi liberada a união estável, o STF reconheceu a união estável entre homossexuais. Eu acho que tudo o que chega a ser legislado é porque já está acontecendo muito. Igual quando as pessoas falam de aborto por exemplo. Tem uma briga: “Vamos liberar o aborto e tal...”. Não é bem vamos liberar o aborto, é vamos legislar sobre algo que está acontecendo. “Como assim? O pessoal está abortando?” Vamos pegar esse pessoal e tentar entender porque ele está abortando. Vamos botar alguém pra conversar com essas mulheres pra descobrir se elas querem mudar de ideia. É mais colocar uma ordem naquilo que já tá acontecendo. A gente, no meio social, não pode fechar

os olhos pra alguma coisa que talvez seja incomoda. O estado não pode fazer isso, as pessoas são cidadãs também do nosso país. Eu não posso deixar uma coisa que está acontecendo e que talvez me incomode, mas eu tenho que falar sobre isso, eu tenho que legislar sobre isso, eu tenho que organizar sobre isso. Como é que ficariam esses parceiros quando um morre? (Essa é a preocupação do Estado com eles). Mesmo que eu não aceite, eles são um casal, tão ali juntos mesmo que as minhas convicções não sejam as mesmas, eu preciso proteger essa pessoa. Antes de legislar, a gente tem a discussão social sobre o que foi legislado, que às vezes é bem maior do que foi legislado. A legislação em si é muito mais no sentido de proteção e de “vamos organizar isso aqui”. Pode adotar? Tem muita gente que é contra e muita gente que é a favor. Muitas crianças que ficam aí não são adotadas. Então, nessa visão, por que não esses casais adotarem independe de qualquer coisa? Mesmo que fuja da coisa que eu acredito, mas cuidar da criança com amor, porque a criança tá lá, largada. A pessoa não era casada, mas vivia há 30 anos. O parceiro morreu, mas eles não casaram. Nesses 30 anos tiveram filhos juntos. Como fica essa pessoa? Ela fica desprotegida? Não é uma coisa que eu gosto, mas é uma coisa que acontece. (Lara).

O ideal é que todo mundo tenha segurança, mas hoje a gente tem a polícia que mais mata e que mais morre no mundo. O Brasil é o país que mais mata travestis e homossexuais no mundo. Então, são dois grupos estão desfavorecidos numa segurança que era pra ser pra todos. (Valério).

Novamente, a trajetória de vida desta e deste jovem influencia seu posicionamento. Por exemplo, Valério, quando o grupo focal foi realizado, havia acabado de defender sua monografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Podemos supor que seu acesso à universidade pública proporcionou, de certa forma, contato com uma diversidade de perfis e trajetórias de vida, o que pode ter também influenciado sua postura política no mundo. Além disso, um de seus amigos (ex-membro da mesma igreja) assumiu recentemente ser homossexual. Daí Valério, durante o grupo, ter uma postura muito mais de acolhimento e compreensão da causa LGBT. No caso de Lara, devemos considerar que sua trajetória como advogada contribuiu para a construção de um discurso muito mais acolhedor e centrado no direito básico de todo ser humano: o direito à vida.

Apesar de as/os demais informantes também manterem uma relação de proximidade com o amigo de Valério e de reconhecerem a luta da população LGBT, o discurso não é o mesmo. Nos demais discursos é possível perceber certo repúdio à homossexualidade. Há, de certa forma, “[...] a tendência a dissolver toda uma pluralidade de práticas, desejos, experiências e construções identitárias sob o rótulo de ‘pecado do homossexualismo’.” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 206), embora esse não tenha sido um conceito explicitamente abordado. Há também nos discursos que se seguem o que Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2009) chamam de homofobia religiosa, mas uma homofobia de certa maneira velada, já que, a depender das circunstâncias, há até a defesa da adoção de crianças por parte de famílias LGBTs:

Todas as pessoas a gente tem que amar, mas a base que a gente reconhece como família não é assim. Eu estou falando por mim, quem concordar ou discordar pode falar também. Eu sou professora e eu não entro nesses assuntos. A não ser que os alunos me questionem alguma coisa ou se eu tiver algum aluno que eu estou vendo que ele está sofrendo bullying ou alguma outra coisa. Quando eu estou em sala, eu estou preocupada com a minha aula. Se chegar ordem da gente fazer uma doutrinação, eu não vou abordar, vou inventar do meu jeito... Eu trabalhei em abrigo e eu sei como as crianças necessitam de adoção. Nessa situação, eu não sou contra, não. Tem que o estado interferir, legalizar e reconhecer de duas pessoas do mesmo sexo. É a mesma coisa que reconhece a minha união com um homem. (Brenda).

Eu acho que a doutrinação que era diz... Já tem livros que incentivam a crianças a acharem que essa situação do homossexualismo é uma coisa normal, que é uma coisa natural. Nesse sentido, eu acho que o estado não tem o direito de intervir e desenvolver isso na criança pra que ela venha a crescer achando que isso normal enquanto, mediante a palavra de Deus, nós sabemos que isso não é. (Karina).

Eu penso que cada um é cada um, cada um no seu quadrado. É preciso que a pessoa estude, vá vencer na vida e viva bem. Cada um no seu quadrado. Não brigue comigo que eu não vou brigar contigo, porque a gente fica bem. É um nível de imposição, quer impor os meus preceitos, os meus conceitos sobre você, uma cultura de imposição. E não é assim. Eu vou ser seu amigo independente do que você é. Você é meu amigo, eu gosto de você e ponto. Aí vai entrar naquele estado... Qual a minha representação no Estado Brasileiro? Lá nos congressos, de bancada? Quantas pessoas eu tenho que apoiam meu projeto? Aí, esse projeto vai ter mais voz do que outro projeto. Acaba dando prioridade pra algum em algum momento. (Flávio).

Tem que ter uma política eficaz e que não tenha prioridade. Tem que ter uma política que abranja todo tipo de nível, todo tipo de ser e não ofereça prioridade pra nenhum tipo de grupo. (Fabiana).

Como demonstrado, dentro do grupo juvenil começa a surgir a defesa da intervenção do Estado no sentido de garantir a proteção dos indivíduos, independentemente de qualquer marcador social. Aqui é preciso esclarecer ainda que o discurso religioso explicitado em relação às questões homoafetivas não se dá no sentido de defender a obscurização dos direitos, mas se dá por meio do que Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2009) chamam de homofobia religiosa no cuidado pastoral. Essa homofobia pastoral é revelada em relatos de LGBTs que já passaram por religiões de base cristã, “[...] assim como em alguns documentos produzidos como guias ou exemplos normativos para a conduta dos fiéis e as atividades pastorais, podendo manifestar-se explicitamente ou de formas mais sutis.” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 207). Além disso, os últimos trechos apresentados, as/os jovens reforçam e demonstram a relevância da narrativa da “batalha” contra o que nomeiam de doutrinação imposta pelo Estado, mas uma batalha muito mais individualizada do que coletiva. Não há nos discursos a

defesa, por exemplo, de uma representação parlamentar evangélica como forma de combate ou resistência à intervenção do Estado no campo que toca as questões e os costumes.

Considerações finais

A partir dos grupos focais foi possível compreender que o segmento juvenil da AD, apesar de reafirmar em alguns momentos o ponto de vista das lideranças cristãs conservadoras, apresenta uma visão muito mais individualizante quando se trata, por exemplo, do casamento homoafetivo ou da constituição de famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, pontos não tão comuns quando se observa o campo pentecostal. Em suas falas, houve sempre a reafirmação de que sua leitura de mundo não necessariamente representaria o que as demais pessoas querem ou desejam para suas vidas, pontos reforçados a partir de falas como: “Eu estou falando por mim!”; “Na visão evangélica[...]”; “Mas eu também não posso dizer que um casal homossexual não é [uma família]”. Apesar disso, a juventude, assim como suas lideranças, reforça que a família heterossexual faz parte do plano original, natural, constituído por deus para a humanidade, o que potencializa a homofobia religiosa, conceito cunhado por Natividade e Oliveira (2009).

O posicionamento da juventude assembleiana parece expressar características dos tempos modernos e da era da reflexividade, conceito expresso por Giddens (2009). Quando se depara com as mudanças que tocam as questões de gênero, sexualidade e família, o segmento juvenil da AD submerge nas incertezas que são produto da vida moderna, o que o faz procurar respostas na geração anterior para suas inquietações e a geração anterior tem obtido sucesso nessa transmissão de respostas, seja através de palestras, cultos, material impresso e *on-line*. Ao mesmo tempo, também por conta da reflexividade moderna, a juventude da AD ressignifica os debates sobre a sexualidade, gênero e família a partir de uma percepção muito mais individualizante, que reforça que sua leitura de mundo pode não ser a mesma que de outros segmentos. Assim, a juventude parece estar no meio do caminho, entre uma leitura de mundo que expressa o posicionamento da hierarquia eclesial e uma que expressa a que foi adquirida por ela a partir do acesso às instituições de formação superior, aos debates realizados na nelas e ao acesso à literatura especializada.

Referências

A BÍBLIA SAGRADA. **Efésios**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo, 2009.

ABRAMO, Lais; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. *In: ABREU et al. (orgs.). Gênero e Trabalho no Brasil e na França- perspectivas interseccionais*. São Pulo: Boitempo, 2016.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BOMFIM, Leny A.. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis** - Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

BOURDIEU, P. Apêndice: O espírito de família. *In*: **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CAMURÇA, Marcelo A; TAVARES, Fátima; PEREZ, Léa. Religião, pertencimentos, crenças e valores na juventude de Minas Gerais. **Paralellus**, Recife, v. 6, n. 13, p. 407-428, jul./dez. 2015.

DIAS, Tainah Biela. **A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados**. Mandrágora, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 49-70, 2017.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. **Ser padre para ser santo; ser freira para servir**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Questão de Fé - a vida dos jovens seminaristas no Rio de Janeiro. **Jornal do Brasil**- Revista de Domingo, Rio de Janeiro, p. 18-21, 17 abr. 2005.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Perfil dos jovens vocacionados hoje. **Revista Rogate**, São Paulo-SP, p. 11-16, 10 jun. 2007.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. **Jovens religiosos e o catolicismo - escolhas, desafios e subjetividades**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2010. v. 1. 510 p.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na Baixada Fluminense – Algumas proposições a partir de um survey. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 196-125, 2011.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Expressões políticas e crenças religiosas em jovens sem religião.. *In*: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio; HAHN, Fábio André. (orgs.). **Instituições e sociabilidades**: religião, política e juventudes. Campo Mourão – PR: FECILCAM, 2013. v. 1, p. 9-30.

FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. *In*: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (orgs). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo, Loyola, 1995.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Maria Elásir S.; BARBOSA, Eduardo F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Revista Educativa**, p. 1-13, fev. 1999.

LISBOA, Maria Regina A. **Combatendo na Posse do espírito: gênero e sexualidade na Assembléia de Deus**. 2008. 165 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, maio-ago. 2005.

MAFRA, Clara. Gênero e estilo eclesial entre evangélicos. *In*: FERNANDES, Rubem *et al.* **Novo nascimento**: os evangélicos em casa, na igreja e na política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 224-250.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. “**Nós acolhemos os homossexuais**”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. Tomo, São Cristóvão – SE, n. 14, jan./jun. 2009

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012.

PEIXOTO, Clarice. Prefácio. *In*: SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p. (Família, geração & cultura). Caderno CRH, v. 21, n. 54, septiembre-diciembre, 2008.

THEIJE, Marjo de. “São metade macho, metade fêmea”: sobre a identidade de gênero dos homens católicos. **Antropológicas**, ano 6, v. 13, n. 1, p. 47-56, 2002.